

Reunião Ordinária de 06 de Abril de 2010

Acta nº. 11

(Quadriénio 2009/2013)

Aos seis dia do mês de Abril de dois mil e dez, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara de Lousada, sob a Presidência do senhor Presidente da Câmara **Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães** e senhores vereadores, **Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva**, **Dr. Pedro Daniel Machado Gomes**, **Dr.ª Cristina Maria Mendes da Silva Moreira**, **Dr.ª Maria Cândida Machado Barreira**, **Prof. Eduardo Augusto Vilar Barbosa**, **Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro** e com a presença da **Dr.ª Isabel Maria Alves Coelho**, Directora do Departamento de Administração Geral, que a secretariou. -----

Eram quinze horas quando o senhor Presidente deu como aberta a reunião. -----

Período antes da Ordem do dia

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cândida Barreira fez a seguinte observação: -----

“A minha questão tem a ver com a falta de espaço, acho que era importante e fundamental que nos arranjassem um espaço para podermos trabalhar, valia a pena o Sr. Presidente pensar na melhor forma de resolver a situação.” -----

O Dr. Leonel Vieira, acrescentou: -----

“Esta já é uma situação recorrente, independentemente das situações vertidas pela Dr.ª. Cândida, faz todo o sentido, que os vereadores que integram o executivo, apesar serem oposição, terem um gabinete neste edifício da Câmara Municipal e apelava de uma vez por todas para resolverem este assunto, porque acho que já é tempo mais que suficiente.” -----

O Sr. Presidente esclareceu: -----

"Vou ver se consigo arranjar espaço com a Dr.^a Cristina, julguei que o espaço que estava destinado aos Srs. Vereadores estaria disponível, mas não está. Infelizmente, há uma série de situações a necessitar de espaço, os espaços já têm sido divididos, no entanto, continuam a ser insuficientes. -----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira, fez ainda as seguintes observações: -----

"Gostaríamos de fazer uma proposta para ser agendada de preferência na próxima reunião, tem a ver com um programa conhecido que é denominado a Minha Rua. -----

Assim, propomos para discussão e votação na próxima reunião a seguinte proposta: -----

"A adesão da Câmara Municipal de Lousada ao projecto A Minha Rua, trata-se de um programa de participação cívica que permite ao cidadão comunicar a ocorrência da sua Rua ou Bairro e sugerir melhorias directamente à Câmara Municipal, sem custos para o Município, através do Portal do Cidadão, que é como sabem, propriedade do Governo Português, há um conjunto de Municípios que aderiram a este projecto que me parece interessante para os cidadãos deste concelho, fica aqui a nossa proposta e gostávamos de ter a oportunidade, o mais breve quanto possível, que fosse agendada." -----

O Sr. Presidente referiu ainda -----

"Estamos a equacionar essa questão, e pretendemos não só envolver não o Município mas sim as freguesias." -----

O Sr. Vereador Leonel Vieira, coloca outra questão: -----

"Na última reunião de Câmara não estive, mas foi levantada a questão do protocolo com as Juntas de Freguesia, sobre a atribuição de algumas competências e dos montantes, neste caso, numa primeira fase de cinquenta por cento daquilo que está mais ou menos previsto durante o ano 2010. O meu colega Agostinho Gaspar já levantou esta questão na última reunião de Câmara, eu gostava de trazer este assunto à colação, porque me parece demasiado grave e importante para nós Vereadores não alertarmos para este tremendo problema que está a asfixiar as contas das Juntas de Freguesia. Há uma questão que eu gostava de lembrar ou relembrar que tem a ver com as atribuições às Juntas de Freguesia, há um acréscimo substancial de tarefas que lhes são atribuídas, recordo que para 2009 estavam previstas as seguintes obras: -----

- execução para obras de limpeza de valetas, desobstrução de linhas de água ou águas pluviais e outras com características similares, a estas há a acrescentar para 2010: calcetamento, a gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados e ainda a colocação e manutenção da sinalização toponímica. -----

De facto, com este acréscimo de tarefas e com a diminuição na ordem dos vinte por cento dos montantes a atribuir às Juntas de Freguesias, devo dizer, e

tenho sido abordado por alguns Presidentes de Junta, nomeadamente do PSD, com quem mantenho contacto com mais regularidade, mas também sei de algum desconforto de Presidentes da Junta não eleitos pela Coligação Lousada Viva, estão de facto preocupados com esta situação, porque lhes está a estrangular completamente o funcionamento da própria Junta de Freguesia. Gostaria que o Município encontrasse vias alternativas para ajudar a que as Juntas de Freguesia pudessem ultrapassar os problemas financeiros que vão ocorrer ou estão a ocorrer. Sei que a maior parte tem vindo a assinar o protocolo que lhes foi apresentado mas, a verdade é que eles não têm grandes alternativas senão assinar, na prática são quase que obrigados a assinar sob pena de não poderem executar qualquer tipo de obra na freguesia. Acho que deveríamos estar mais sensíveis a estes problemas dos Presidentes de Junta porque o desenvolvimento do Concelho passa por toda a gente e tem de passar necessariamente, por uma grande intervenção dos Presidentes de Junta e nós sabemos que o dinheiro investido ou gasto pela Câmara Municipal é melhor gasto que pela administração central, mas também sabemos que o dinheiro gasto pelas Juntas de Freguesias, com algumas excepções, é melhor gasto do que às vezes pela Câmara Municipal. -----

A segunda questão Levantada, pelo Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira foi a seguinte: -----

“Vi, há dias, no Jornal de Notícias que a Câmara criou uma página, no dia 22 de Março, para publicitar a questão da Educação em Lousada. Primeiro gostava de saber o porquê de quererem uma página para publicitar um facto que é conhecido, qual é o interesse? Quanto custou esta página? Parece-me, que foi um acto de pura propaganda, e nada mais, porque aquilo diz o óbvio, aquilo que já todos conhecíamos e não me parece que além da propaganda política aquilo tenha outro algum interesse, parece-me, com toda a franqueza, uma despesa inútil e despesas inúteis são desnecessárias, principalmente, nos dias de hoje.” -----

O Sr. Vereador Pedro Machado esclareceu:-----

“Relativamente à questão dos protocolos, julgo que isso é uma falsa questão, não há aqui nenhum aumento de competências, as competências são aquelas que a lei prevê. O protocolo deste ano está um pouco mais claro, provavelmente, até excessivo, porque, por exemplo, a parte da toponímia, é objecto de protocolos específicos. Aliás, já fizemos com todas as Juntas de Freguesia e não há aumento de competências, aliás, o único Presidente de Junta que me fez chegar alguma preocupação foi o Presidente da Junta de Caíde, todos os outros não viram aqui um aumento de competências. É obvio que se não tiverem recursos não o vão fazer. Com o recurso que têm fazem aquilo que podem. Parece-me é que está um pouco mais clara, nomeadamente, esta parte do calçetamento, estamos a falar de pequenas reparações, buracos, coisas do género, não estamos a falar de grandes pavimentações, porque, é obvio, que estas têm de ter soluções especiais. -----

Quanto àquilo que disse, relativamente aos investimentos que as Junta de Freguesia fazem serem melhor gastos do que a Câmara, não é assim. Na verdade, quando fazemos investimentos é sempre com a colaboração e participação das Juntas de Freguesias. Relativamente à Administração Central, é evidente que nós sentimos melhor quais são as necessidades e conseguimos fazer mais com menos. É claro que, para fazermos transferências somos obrigados a verter no protocolo o que lá está, e no que a Lei prevê em termos de competências delegáveis. O problema não está nas competências mas no valor das transferências, nós também gostávamos que fosse superior, mas é o que é possível neste momento.” -----

O Sr. Presidente acrescentou:-----

“Apenas gostava de acrescentar que e é uma ideia recorrente em todos nossos colegas Presidentes da Câmara aqui na região e da CIM, é que os Presidentes da Juntas, provavelmente, daqui a quatro ou cinco anos serão meramente atestadores. É a ideia recorrente pelas indicações que o nosso colega Presidente da Câmara e Presidente da CIM nos transmitiu na conversa que teve há bem pouco tempo com o Sr. Primeiro-Ministro e Ministro da Administração Interna. -----

Os apertos que os Municípios vão ter nos próximos três, quatro anos vão ser de tal ordem que não vão dar azo a ter uma grande maneabilidade. Nós esperamos que os nossos Presidentes de Junta possam ter o máximo possível, vamos fazer sempre esse esforço, porque entendemos que são parceiros importantíssimos na resolução de um conjunto significativo de problemas que vamos tendo. De facto, não se auguram tempos muito fáceis.” -----

Relativamente à publicação no Jornal de Notícias o Sr. Vereador Prof. Vilar, esclareceu:-----

“Nós temos sido insistentemente contactados pelos jornais diários, regionais e nacionais, à semelhança do que acontece com a maioria dos Município aqui à volta. Aliás, nós raramente aproveitamos a facilidade que nos é dada e desta vez a insistência foi de facto uma insistência temática, para que déssemos testemunho das boas práticas na área da educação e, portanto, excepcionalmente, fizemo-lo. Nós vemos os Municípios aqui à volta constantemente com notícias que saem da mesma dimensão e até com maior dimensão, portanto, não nos devemos nem pôr em bicos de pé, por um lado, mas também não aninhamos a um canto, deixando aquilo que é nossa realidade ao desconhecimento do público e, portanto, anuímos à proposta insistente do Jornal de Notícias. Aliás, há insistências no sentido de fazer mais uma ou duas inserções completamente distintas ao longo do ano, portanto, é um uso normal e recorrente a todos os Municípios. Já há muito tempo que não fazíamos nenhuma inserção e esta foi a custos significativamente reduzidos para aquilo que é o preço de qualquer página de qualquer jornal de tiragem nacional, como é o caso do Jornal de Notícias. -----

O Sr. Presidente referiu ainda:-----

“ Não sei se repararam, hoje, no Jornal de Notícias, Paços tem uma página e vão saindo notícias com muita frequência. Há dois ou três anos a esta parte, entendemos que, apesar da nossa convivência com a imprensa, local e regional temos tido muita parcimónia nos gastos, temos reduzido de uma forma tremenda os gastos, porque, entendemos que há outras prioridades e, portanto, estamos para aí direccionadas, mas não somos também insensíveis à questão, quando estes jornais locais e regionais nos põem estes problemas, nomeadamente, o Jornal de Notícias, que é o Jornal do Porto com mais proximidade que sai com notícias sobre o nosso Município e outros. Não somos nós que os andamos a procurar, que fique claro, nesta matéria estamos perfeitamente à vontade e de consciência tranquila porque não estamos aqui com outro tipo de atitude.” -----

O Sr. Vereador Agostinho Gaspar, perguntou *qual foi o custo da página?* -

O Sr. Vereador Prof. Vilar, referiu que foi na ordem dos seiscentos euros.

Ordem do Dia

I – Departamento Administração Geral

1. Diversos

1.1 – A aprovação do Projecto do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas da Câmara Municipal de Lousada. -----

Deliberado, por unanimidade, considerar o Plano em epígrafe como um simples estudo, devendo ser consultados todos os Directores de Departamento por forma a pronunciarem-se sobre esta matéria, para se apresentar uma proposta final numa próxima reunião de Câmara. -----

2. Regulamentos

2.1 - Projecto do Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras -
A aprovação. -----

Á face do documento em título, deliberou o Órgão Executivo por unanimidade dar-lhes aprovação, conforme estipula a alínea a) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e submete-los a inquérito público pelo prazo de trinta dias, conforme determina o artigo número cento e dezoito do Código do Procedimento Administrativo, para posterior sujeição ao Órgão Deliberativo. -----

3. Recursos Humanos

3.1 - A nulação do Procedimento concursal para recrutamento, por tempo indeterminado, de um Técnico Superior de Biblioteca e Documentação -----

Tendo por base a informação do Departamento de Educação, Cultura, Desporto e Acção Social, número cento e sessenta e três, datada de trinta e um de Março do ano em curso, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, anular o concurso em epígrafe. -----

II - Departamento Financeiro

1. Diversos

1.1 - Resumo Diário da Tesouraria. -----

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia um de Abril do corrente ano, que totaliza um saldo de um milhão e trezentos e quarenta e quatro mil e setecentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos. -----

2. Modificação de Documentos Previsionais

2.1 – 2ª A Iteração ao Orçamento da Despesa, 2ª A Iteração ao Orçamento da Receita e 2ª A Iteração ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente datado de quinze de Março do corrente ano, conforme estipula o número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que aprovou as alterações mencionadas em epígrafe. -----

O Sr. Vereador Gaspar, declarou: -----

“Na altura fiz uma intervenção relativamente à Avenida da Igreja de Nespereira, achava a verba já insuficiente e vejo que retiraram agora dezoito mil euros e para reforçar na avenida de Pias, as causas são iguais.” -----

O Sr. Vereador Pedro Machado esclareceu: -----

“ As obras já estão na fase de adjudicação das pavimentações, na altura quando fizemos o PPI havia uma mera previsão de custos, agora quando se abriram os processos de empreitada acertaram-se valores e foi necessário ajustar, mas lá para meados de Maio já estão as pavimentações feitas.” -----

O Sr. Vereador Leonel Vieira, pergunta: -----

“Eu conheço provavelmente muito melhor o caso de Nespereira do que o de Pias, não há verbas suficientes, inclusive, o Presidente da Junta tem-se queixado das dificuldades para pagar, incluindo às pessoas que já lá trabalharam, ainda vão retirar estes dezoito mil euros...” -----

O Sr. Vereador Dr. Pedro Machado, esclareceu: -----

“Não, estamos a falar do PPI que estava previsto para pavimentações a betuminoso era uma rubrica e, entretanto, havia uma mera previsão, agora, quando lançamos a empreitada acertaram-se os valores. Estamos a falar dos betuminosos.” -----

3. Prestação de Contas do ano de 2009

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, apreciar e aprovar o inventário de bens, direitos e obrigações e documentos de prestação de contas do ano transacto, e submeter à apreciação e votação do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três e alínea e) do número dois do artigo número sessenta e quatro, ambos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, bem como o artigo quarenta e sete da Lei dois barra dois mil e

sete de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

Abstiveram-se os senhores Vereadores Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Dr.^a Cândida Machado Barreira e Sr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro, deixando as seguintes questões: -----

“Relativamente à demonstração dos resultados no que respeita aos proveitos há que registar que houve aqui um aumento em relação ao valor da transferência dos subsídios obtidos, cerca de três milhões que se reflecte no total dos proveitos, porque, em todas as outras rubricas, baixa de forma considerável. Nos custos do exercício nota-se, na minha opinião, um aumento em relação a 2008 é um aumento mais ou menos de 30% ou 31% com os custos de pessoal, isto é, passa-se de 7 316 2791 , 279 para 10 553 750.00 valor que é justificado pelo relatório de contas com a questão da educação, sem estarmos a falar sobre a questão dos avançados e prestação de serviços, de qualquer forma, acho importante registar isso. Registar ainda que passa a ter no total dos proveitos um custo com o pessoal de 42%, o resultado líquido do exercício diminuiu também relativamente ao ano 2008 de forma muito considerável, ou seja, passou de 688 596,36 para 140 879,54, relativamente ao balanço, sinceramente, tenho algumas dúvidas que haja um controlo rigoroso na questão das matérias primas, porque, o que é apresentado no balanço não coincide com aquele mapa com os valores de demonstração de custos e mercadorias vendidas e matérias consumidas, tem a ver com as matérias iniciais e depois com as finais, o mapa não condiz com a questão do balanço. Há uma questão que é só consideravelmente as dividas a terceiros a curto prazo, no montante de 4 140 487,00, ou seja, é de certa forma, uma forma, passo a expressão de a Câmara se ir financiando através dos fornecedores, vai aumentando o prazo de pagamento, entretanto, financia-se por aí, depois registar e isso é o que está no relatório, a diminuição dos rácios da quebra de liquidez e solvabilidade, a liquidez imediata passa no ano 2008 de 0,37 para 0,15 em 2009 e o ratio solvabilidade passa de 2,13 em 2008 para 1,40 em 2009. O nível de endividamento também aumenta, temos um aumento de 3 668 202,84, relativamente a 2008, também acho que é de referir a questão que também está plasmada no relatório, no valor de 573 000,00 euros que são relativos a facturas emitidas em 200,9 por fornecedores e foram processadas em 2010, não sei se foi para não inflacionar a dívida ou não, também registo que apesar da crise houve um aumento de receitas no IMI e no IMT embora não muito significativa, mas existe, e depois gostava aqui de colocar a taxa de execução de receitas estamos a falar de 61,8%, o que diminui consideravelmente em relação a 2008. Há aqui duas questões que eu gostava de perguntar, que é: -----

Na rubrica multas penalidades diversas, nós tínhamos orçamentado e depois corrigido para o mesmo valor de 269 491,04 só foram executadas 14

685.13, portanto, isso significa 5.45%, não sei se houve perdão, como foi ano de eleições às vezes pode ter sido isso ou não. E há aqui uma outra coisa que acho estranho que é nós temos orçamentado 100 mil euros, se não estou enganado de IVA reembolsado e depois de executado, zero, não tem nada, não sei se não foi pedido o reembolso do IVA? Qual o problema? São estas duas questões que eu queria levantar quanto ao resto, são evidências que estão quer na demonstração de resultados quer no balanço.” -----

A Dr^a Isabel, esclareceu que: -----

“O valor elevado na rubrica respeitante a multas resulta da estimativa do últimos dois anos económicos, período em que ocorreu a aplicação de multas contratuais no âmbito das empreitadas de obras publicas, designadamente no processo do Complexo Desportivo.” -----

O Sr. Vereador Gaspar, questiona: -----

“Já percebi, há aqui uma outra questão que é dívidas de terceiros, acho que tem a ver com verbas de projectos co-financiados.” -----

O Sr. Presidente, esclarece: -----

“São várias coisas, candidaturas que não foram pagas, a razão daquilo que nos devem, é muito superior àquilo que nós devemos, há muito dinheiro para receber e está-nos a causar problemas tremendos.” -----

O Sr. Vereador Gaspar, prossegue: -----

“Dividas de terceiros catorze milhões oitocentos e tal e divida à terceiros oito milhões que também subiu consideravelmente. E depois empréstimos, é de salientar também as participações da Câmara nomeadamente a Lousada Séc. XXI do valor que está, 240 e não sei quantos mil euros, objectivos.” -----

O Sr. Presidente aclara que: -----

“É o problema que vamos tentar resolver este ano, que é passar o património para a Câmara, devido à candidatura que apresentaram dos painéis solares, provavelmente, ainda haverá essa possibilidade durante o ano, mas logo que se possa, fazemos isso, essa questão é uma questão meramente contabilística, não tem outra projecção senão essa. Em relação ao IVA reembolsado, não sei, a única coisa que admitido é que ainda não nós tenham reembolsado o IVA porque foi pedido. “ -----

O Sr. Vereador Agostinho Gaspar, prossegue: -----

“O que é curioso é que estão orçamentado os cem mil euros, mas não tem nenhum reembolso, num ano é impossível.” -----

O Sr. Presidente esclarece: -----

“Acho importante esclarecer o seguinte, nós infelizmente somos credores dessas importâncias, e isto tem projecções muito difíceis de resolver. Começando logo pelo sector da educação, neste momento, a DREN deve-nos mais de meio milhão de euros referentes ao ano passado. Estivemos reunidos

há poucos dias no Porto, com o Sr. Director Regional, pedimos uma audiência à Sr.ª Ministra da Educação por causa desse assunto. De facto, estamos a pagar aos professores e ainda não fomos reembolsados, estamos a ir buscar essas verbas ao bolo e a pagar-lhes, não vamos deixar os professores numa posição complicada. E além disso, é o problema das refeições, dos transportes e por aí fora, que não nos estão a pagar, temos indicação da DREN que vamos receber vinte e pouco mil euros quando nos devem esses valores. Isto cria situações de muitas dificuldades, além disso temos crianças a beneficiar de transportes e refeições e não liquidam essas importâncias. -----

Por exemplo no sector do ambiente, mais precisamente, na água, há gente que tem de pagar a água e saneamento até ao dia vinte, mas não paga e deixam prolongar mais alguns dias, e vêm pagar quando têm dinheiro, isto está neste ponto. Isto desestrutura tudo, em termos das receitas, caíram de uma forma substancial, no ano passado, veja se o caso do IMT os valores são residuais é connosco e com todas as Câmaras do país, está aqui uma redução substancial na receita, estamos a ter problemas sérios em termos de receitas. Aliás, já conversei com o Sr. Prof. Vilar e temos de resolver isso antes do verão, porque, no próximo ano lectivo vamos ter de tomar medidas, se a DREN continuar neste pressuposto, temos que encontrar soluções, porque os professores querem receber, os fornecedores querem receber. Estamos a garantir aos fornecedores o pagamento praticamente imediato para procurar garantir que não haja qualquer interrupção, por um lado, mas por outro lado, temos no âmbito dos transportes escolares aqui uma "décalage" razoável. -----

Há aqui de facto situações muito complexas que no futuro vamos ter de ter em conta, como referiu e bem, temos aqui em relação ao custo de pessoal um aumento claro pela transferência das escolas. -----

Relativamente às facturas emitidas em 2009 por fornecedores e foram processadas em 2010, isto acontece sempre, no mês de Dezembro há sempre tendência a resvalar, os serviços têm indicações para não emitirem requisições a partir de meados de Novembro. -----

Nós começamos a receber as verbas de uma forma muito mais arrastada no tempo, neste momento temos outro problema que é um problema dos fundos comunitários, temos quase que pedir por favor para nos pagarem os autos, temos tido aqui uma luta permanente para podermos garantir aos empreiteiros o pagamento, alias, dos empréstimos que temos vamos garantindo alguns adiantamentos, sob pena de pararem as obras, sem reembolso. No âmbito do QREN há uma "décalage" tremenda, a situação aparentemente agilizou-se, agora vamos ver como vai resultar. -----

De facto, o ano passado, apesar de ter sido um ano eleitoral, não tivemos aqui alguma tentação de desvirtuar as circunstâncias, o relatório do ROC e dos nossos serviços demonstra uma clareza inequívoca do estado do Município e, portanto, quero realçar este aspecto, para mim fundamental, não há aqui uma situação obscura. -----

Em relação aos nossos encargos com entidades com quem estamos associadas, nomeadamente, a Ambisousa, os pagamentos estão em dia, no âmbito da Associação de Municípios e no que se prende com a recolha do lixo, estamos perfeitamente em dia, para que não tenhamos problemas neste término do contrato com as Águas Douro e Paiva pagamos pontualmente a facturação da água e às Águas do Ave a facturação das águas residuais, com todos os parceiros, estamos perfeitamente em situação de cumprimento. Aliás, na Associação de Municípios somos conhecidos, como sabem, como os primeiros cumpridores em termos das nossas obrigações. -----

Temos algumas dificuldades, vamos tentar supri-las, esperamos que a DREN resolva os problemas que tem connosco, a DREN e as outras instituições que nos devem neste momento. Vamos, seguramente, aliviar um pouco em Junho com a entrada do dinheiro do IMI, vamos com certeza reduzir, de forma substancial, o prazo de pagamento aos fornecedores. Com o empréstimos que contraímos em relação à área do ambiente e da água, temos neste momento a possibilidade de resolver parte considerável dos investimentos, pois continuamos sempre em obra. -----

Direi que no ano passado houve investimentos que foram nucleares, nomeadamente, a educação, o saneamento, a área do lazer, e entendemos que há, apesar de tudo, uma capacidade de endividamento muito grande. -----

Não tenho receio nenhum do futuro do nosso Município. -----

Este ano vamos ter alguma reversão dos terrenos das zonas industriais, no futuro e no caso de alguma descompressão mínima tem aqui activos capazes, para rapidamente de controlar a situação." -----

A Dr.ª Isabel, esclareceu ainda que: -----

"Em relação ao IVA, o único IVA que é reembolsado é dos contrato de empreitadas da água e, portanto, nos anos anteriores houve vários contratos e este que passou, não." -----

4. Concursos Públicos

4.1 – Concurso Público com publicação no Jue – A aquisição de Gasóleo. -----

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente datado de dezanove de Março do corrente ano, conforme estipula o número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que aprovou a adjudicação da aquisição em destaque à firma Scalea Combustíveis SA, pelo valor de duzentos e cinco mil euros, bem como aprovar a respectiva minuta. --

III - Departamento de Urbanismo

◆ Relação das decisões proferidas pelo senhor Vereador **Doutor Pedro Daniel Machado Gomes**, no uso da competência consignada na alínea a) do número cinco do artigo sessenta e quatro como sendo a concessão de licenças para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, que lhe foi subdelegada pelo senhor Presidente, em conformidade como o número dois, do artigo sessenta e cinco da *Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro*, que por extensa se dá como reproduzida ficando a fazer parte integral desta acta por apenso ao respectivo livro. -----

1. Comissão de Vistoria

1.1. Constituição da Comissão de vistoria para cumprimento do nº. 1 do artigo 36 do Decreto-Lei nº. 39/2008 de 07 de Março. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, que a comissão de vistorias seja constituída por: -----

- **Diana Isabel Portela Gonçalves de Paz Sequeira, Arquitecta;** -----
- **José Manuel Pinto Macedo, Técnico de Construção Civil;** -----
- **Rui Pedro de Araújo Mendes, Engenheiro Civil.** -----

E que nas suas faltas e impedimentos sejam substituídos por, Arqtº. Joaquim Emílio Canudas Vilalta. -----

IV - Departamento de Obras Municipais

♦ De acordo com o nº 3 do artigo 65º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o nº 2 do artigo 18º. do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, dá-se conhecimento das decisões geradoras de custo, proferidas pelo Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, assim: -----

- Construção da rede de Drenagem de Águas Residuais – Av. João de Castro – ETAR de Macieira – Despacho de 02/03/2010 – Valor de sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos;

1. Obras Públicas

1.1. – Empreitadas

1.1.1. “Redes de drenagem das Bacias M20, M21, M22, M22A , M23, M24, M25, M26, M26A , M26B e M27 – A djudicatário – I rmãos Magalhães, S.A. - I nformação nº. 413/DOM/2010. -----

Deliberou, o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a realização dos trabalhos a mais, no valor de cento e dez mil e quinhentos e cinco euros e noventa e sete cêntimos a compensar com trabalhos a menos.. -----

1.1.2. “Construção da ligação da EN 207 ao Campo de Hóquei e ao nó da A 11 e A 42 (Variante Urbana – 1ª Fase) – A djudicatário – Urbitâmega – Sociedade de Construções, S.A. - I nformação nº. 597/DOM/2010 – Ratificação do despacho. ---

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de dezanove de Março do corrente ano, e aprovar a prorrogação do prazo por um período de sessenta dias. -----

1.1.3. "Construção do Estádio Municipal – Concurso Público" – A provação da adjudicação da empreitada à firma "Bessa Coelho – Sociedade de Construções, S.A." -----

Deliberou, o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 23 de Março do ano em curso, que aprovou a adjudicação da empreitada em epígrafe à firma Bessa Coelho – Sociedade de Construções, SA, pelo valor de um milhões cento e dezanove mil oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos, usando da faculdade que lhe é cometida pelo nº. 3 do artº. 68º. da Lei nº. 169/99. De 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/02, de 11 de Janeiro. -----

O Sr. Vereador Leonel Vieira, declarou para a acta: -----

"Apenas gostaria de reafirmar aquilo que nós vereadores da Coligação enfatizamos na altura, é que, relativamente à construção do Estádio Municipal, dizer que, apesar de percebermos a urgência na sua construção, a partir do momento em que a maioria decidiu construir naquele local o Parque Urbano, efectivamente, construir um Estádio Municipal nesta altura, neste tempo, para nós não é uma prioridade. Infelizmente, não foi essa a opinião da maioria mas, gostaríamos que ficasse vincado, que para nós existem outras prioridades, bem mais importantes do que construir um Estádio Municipal nos dias de hoje. Nós não iríamos por este caminho." -----

1.1.4. "Construção da Escola Básica de Nogueira" – A provação da repartição de encargos da obra com a inscrição da verba para o ano 2011 no PPI 2010 – Informação nº. 775/DOM/2010. -----

Tendo em consideração a informação em destaque, bem como, o prazo de execução da obra, que ascende a 360 dias, deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar a repartição dos encargos, correspondendo 3.375.655,35€ ao ano de 2010 e 953.132,54€ ao ano de 2011. -----

Mais foi deliberado solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a repartição de encargos, atendendo ao disposto nos nºs 1, 2 e 6 do artº. 22º. do Decreto-Lei nº. 169/99, de 08 de Junho. -----

1.1.5. "Construção do Centro Escolar de Estrada do Meio – Macieira" – Adjudicatário – "Befebal – Sociedade de Construções, S.A. – Informação nº. 779/DOM/2010. -----

Depois de analisada a informação do Departamento de Obras Municipais em epígrafe, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a

redução do valor da multa para sete mil trezentos e setenta e um euros e setenta e seis cêntimos, respeitante à empreitada mencionada em epígrafe, por violação dos prazos contratuais. -----

2. Fornecimentos

2.1. "Prestação de serviços de fiscalização, de coordenação do controlo laboratorial e de segurança e saúde da empreitada de Construção da Escola Básica de Nogueira" – A adjudicatário – "MC2E – Consultores de Engenharia, Lda" – A provação da nomeação dos intervenientes em obra – Informação nº. 598/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente de Câmara datado de dezanove de Março do ano em curso, que aprovou os intervenientes em obra apresentados, usando da faculdade que lhe é cometida pelo nº. 3 do artº. 68º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. %-A/02, de 11 de Janeiro. -----

2.2. "Aquisição de Autocarros para transporte escolar" – A provação da aquisição de seis autocarros para transporte escolar – Informação nº. 772/DOM/2010 -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, por ajuste directo, no valor de 1 020 000,00€, através da Agência Nacional de Compras Públicas, com convite aos fornecedores constantes da informação em epígrafe, bem como aprovar a nomeação do júri proposto. -----

O Sr. Vereador Leonel Vieira, questionou: -----

"Á Câmara custam setecentos e oitenta e cinco mil e trinta e oito euros, os contratos que têm assinado com os parceiros no transporte escolar. Sobre isso, eu gostaria de dizer o seguinte: -----

- Acho muito bem que façam um plano sobre os transportes escolares, acho que deveriam ir mais longe. A Câmara deveria ter um plano Municipal de transportes que englobasse, desde, transportes ferroviários, transportes escolares e transportes de acesso ao comum dos cidadãos. Acho que era importante e nos dias de hoje faz todo o sentido haver uma rede de transportes funcional, inclusive, há freguesias que nem sequer têm transportes públicos para se deslocar ao centro da vila. -----

Eu queria colocar aqui uma outra questão que tem a ver com a aquisição dos autocarros, já percebemos que um milhão e vinte mil euros dá mais ou menos cento e setenta mil euros por cada autocarro, eu gostava que me explicassem onde está e qual a fundamentação, para nós podermos aqui decidir se, de facto, a aquisição de seis autocarros é efectivamente uma boa solução. Apenas vejo este plano, mas daqui não posso concluir, categoricamente, que efectivamente, esta possa ser a melhor solução. Gostávamos de saber se a Câmara fez algum estudo, se tem algum plano para nos poder elucidar, no sentido de concluirmos que esta é, efectivamente, a melhor solução? -----

E também outra questão que eu gostava de saber é se a Câmara já tem motoristas com aptidão suficientes para conduzir estes autocarros ou se ainda vai ser obrigada a contratar mais funcionários? -----

O Sr. Presidente, respondeu:-----

“Nesta matéria tínhamos a percepção clara que estamos aqui a trabalhar com números demasiado elevados em termos de transportes. Num ano, pelos indicadores que temos, praticamente, pagamos os seis autocarros.-----

Com a aquisição dos seis autocarros, além do transporte escolar, temos aqui um super habite anual na ordem dos trinta e tal por cento de vantagem para nós de benefícios, que permitem não só aqui liquidar os empréstimos, permitir reduzir os custos e temos os autocarros os disponíveis para ao fim de semana darmos apoio às instituições, como já fizemos em tempos. -----

Por outro lado é certo que estes autocarros vão ter um período de longevidade significativo, porque os circuitos em termos de manutenção são pouco exigentes, temos manutenção própria e temos condições para a manter. A questão que coloca dos motoristas é pertinente. É óbvio que vamos precisar de motoristas, anteriormente tínhamos seis motoristas, vamos dar primazia para eles voltarem ao serviço, só se algum não quiser é que teremos de encontrar uma solução alternativa e estamos agilizar esse procedimento e temos de assegurar também duas vigilantes para cada autocarro. -----

2.3. “Centro Escolares de Lustosa, Torno, Vilar do Torno e A lentém e Barrosas Sto. Estêvão – Fornecimento de mobiliário escolar” – A provação da abertura do concurso público – A provação do programa de procedimento e caderno de encargos – A provação do júri do procedimento – Informação nº. 781/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso público em destaque, no valor de 157 550,00€ e aprovar o programa de procedimento e caderno de encargos, bem como, o júri pertinente. -----

3. Diversos

3.1. A provação da verba a transferir para a Junta de Macieira no valor de mil e setecentos euros para manutenção e conservação do parque escolar e respectivo protocolo – Informação nº. 769/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de uma verba para a referida Junta de Freguesia, no valor de mil e setecentos euros, destinado à manutenção e conservação de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º. Ciclo do ensino básico, de harmonia com o disposto na alínea g) do número dois do artigo sessenta e seis da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, bem como, aprovar o respectivo contrato-programa. -----

3.2. A provação da verba a transferir para a Junta de Alvarenga no valor de mil euros para manutenção e conservação do parque escolar e respectivo protocolo – Informação nº. 770/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio para a referida Junta de Freguesia, no valor de mil euros, destinado à manutenção e conservação de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º. Ciclo do ensino básico, de harmonia com o disposto na alínea g) do número dois do artigo sessenta e seis da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, bem como, aprovar o respectivo contrato-programa. -----

3.3. A provação da verba a transferir para a Junta de Silves no valor de três mil e oitocentos euros para manutenção e conservação do parque escolar e respectivo protocolo – Informação nº. 771/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio para a referida Junta de Freguesia, no valor de três mil e oitocentos euros, destinado à manutenção e

conservação de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º. Ciclo do ensino básico, de harmonia com o disposto na alínea g) do número dois do artigo sessenta e seis da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, bem como, aprovar o respectivo contrato-programa. -----

3.4. "Cedência de terreno para a construção da variante urbana" – Troço entre a Costilha e a EB1 de Cristelos – A provação do protocolo de cedência de terreno – Informação nº. 784/DOM/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a celebração do protocolo de acordo em epígrafe com Manuel Pinheiro Teixeira, bem como aprovar a minuta do protocolo em apreciação. -----

3.5. "A largamento da EN 207 – Troço desde a rotunda de acesso no Complexo Desportivo à Igreja de Cristelos – A provação protocolo de acordo de cedência de terreno entre o Município de Lousada e o Sr. Joaquim Barbosa de Magalhães e respectivas contrapartidas – Informação nº. 43/SMPC/GTF/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de acordo referido. -----

3.6. "A largamento da EN 207 – Troço desde a rotunda de acesso no Complexo Desportivo à Igreja de Cristelos – A provação protocolo de acordo de cedência de terreno entre o Município de Lousada e o Condomínio Edifício Cristelos e respectivas contrapartidas – Informação nº. 44/SMPC/GTF/2010. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de acordo referido. -----

V - Departamento de Água, Serviços Urbanos e Ambiente

1. Resíduos Sólidos Urbanos

1.1. – Proposta para deferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 10180 – Joaquim Moreira Magalhães. -----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade deferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia dezassete de Março do ano em curso.-----

1.2. – Proposta para indeferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 5452 – Maria da Glória Lopes.

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade indeferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia dezassete de Março do ano em curso.-----

1.3. – Proposta para deferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 19429 – Maria de Fátima Pinto. -----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade deferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia dezassete de Março do ano em curso.-----

1.4. – Proposta para deferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 22465 – Maria Conceição Costa Rodrigues. -----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade deferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia vinte e quatro de Março do ano em curso. -----

1.5. – Proposta para deferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 21805 – Ana Fernanda Sousa Pinto Guedes. -----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade deferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia vinte e três de Março do ano em curso. -----

1.6. – Proposta para deferimento do pedido de redução por insuficiência Económica da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos – Utente RSU nº 21986 – Maria Cândida Costa Ribeiro. -----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade deferir a pretensão de redução da tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos do utente em destaque, tendo por base o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, do dia vinte e três de Março do ano em curso. -----

2. Protocolos

2.1. Proposta para a aprovação de Protocolo a realizar com a Ultriplo – Colocação de contentores para recolha de Roupa – Informação nº. 953/DASUA/10 de 05/03/2010 – Protocolo de colaboração a celebrar entre o Ultriplo, Lda e a Câmara Municipal de Lousada. -----

Apreciada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o protocolo em apreço. -----

VI – Departamento de Educação, Cultura, Desporto, Turismo e Acção Social

1. Educação

1.1. Plano de Transportes Escolares

1.1.1. - Proposta do Senhor Vereador da Educação, Prof. Eduardo Augusto Vilar Barbosa, para a aprovação do Plano de Transporte Escolares para o ano lectivo 2010/2011.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço, nos termos aí consignados.-----

2. Acção Social

2.1. Programa de Realojamento

2.1.1. - Proposta da Senhora Vereadora do Pelouro da Acção Social, Dr.^a Cristina Maria Mendes Silva Moreira, para o reajuste do valor da renda do arrendatário José Pereira Carneiro, residente no Empreendimento de Lustosa. -

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta pertinente.-----

3. Turismo

3.1.1. - Proposta da Senhora Vereadora do Pelouro do Turismo, Dr.^a Cristina Maria Mendes Silva Moreira, para a aprovação do pagamento da quota anual à Entidade Regional de Turismo.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar a transferência de verba no valor de mil e quinhentos euros respeitante à quota anual para à Entidade Regional de Turismo. -----

4. Juventude

4.1.1. - Proposta da Senhora Vereadora do Pelouro da Juventude, Dr.ª Cristina Maria Mendes Silva Moreira, para a aprovação da minuta do Protocolo de celebração a estabelecer entre esta Câmara Municipal e a Universidade do Porto. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar minuta do protocolo de cooperação em epígrafe. -----

Toda a acta foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, _____ a redigi e assino.-----

